

FRONTEIRA AMAZÔNICA E PLANEJAMENTO NA ÉPOCA DA DITADURA MILITAR NO BRASIL: INUNDAR A HILEIA DE CIVILIZAÇÃO?

AMAZON FRONTIER AND PLANNING DURING THE MILITARY
DICTATORSHIP IN BRAZIL: FLOODING THE CIVILIZATION HYLEA?

FRONTERA AMAZÓNICA Y PLANIFICACIÓN EN LA EPOCA DE LA
DICTADURA MILITAR EN BRASIL: INUNDAR HILEIA DE CIVILIZACIÓN?

Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
São Paulo - São Paulo - Brasil
albuquerquebomfim@yahoo.com.br

Resumo

O presente estudo tem como objetivo examinar o significado do antigo projeto geopolítico, baseado na retórica da ocupação territorial, durante a época da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tal projeto adquire um novo caráter a partir do uso de teorias e conceitos em voga na época, como é o caso das teses de François Perroux sobre os polos de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, buscando uma maior expansão territorial do Estado brasileiro, a Amazônia converte-se no foco das políticas de ocupação do território. Neste trabalho, pretende-se realçar o quanto a projeção econômica do Estado em direção ao norte do país não somente foi um dos argumentos mais difundidos do período desenvolvimentista como também contribuiu – dentro da lógica geopolítica – para a ocupação predatória da região. O debate sobre a problemática aqui discutida resulta em uma contribuição para pensar o passado e o presente daqueles territórios concebidos como “vazios” na América Latina, a exemplos do sertão no caso do Brasil e do deserto no caso Argentino.

Palavras-chave: planejamento, geopolítica, fronteira amazônica.

Abstract

This article has as a goal to examine the meaning of the old geopolitical project, based on the rhetoric of the territorial occupation during the dictatorship time in Brazil (1964-1985). This project acquires a new character from the use of theories and concepts in vogue n period, case of Francois Perroux's thesis on development poles. At the same time, as part of a larger expansion of the state of Brazil, the Amazon becomes the focus of politics for the period. Through this work, we intend to highlight how the state economic projection toward of the north state of the country was not only one of the arguments most pervasive during the developmental period, but also contributed - in logic geopolitics – to the predatory occupation of the region. We believe that the debate on the issue discussed here results in a contribution to think about the past and the present of those territories considered “empty” in Latin America, such as the hinterland in the case of Brazil or the “desert” in the case of Argentina. Key words: planning, geopolitics, amazon frontier.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo examinar la resignificación del antiguo proyecto geopolítico, basado en la retórica de la ocupación territorial, durante la época de la dictadura militar en Brasil (1964-1985). Este proyecto adquiere un nuevo carácter a partir del uso de teorías y conceptos en boga en este período como es el caso de la tesis de François Perroux sobre los polos de desarrollo. A su vez, en el marco de una mayor expansión territorial del Estado brasileiro, la Amazonia se convierte en el foco de las políticas del período. A través de este trabajo se pretende poner de relieve que la proyección económica del Estado hacia el norte del país no solo fue uno de los argumentos más difundidos en el período desarrollista sino también contribuyó – dentro de la lógica geopolítica – a la ocupación predatoria de la región. Creemos que el debate sobre la problemática aquí planteada resulta un aporte para pensar el pasado y el presente de aquellos territorios concebidos como “vacíos” en América Latina tales como el sertão en el caso de Brasil o el “desiert” en el caso Argentino.

Palabras clave: planificación, geopolítica, frontera amazónica.

Introdução

Projeto geopolítico brasileiro é entendido, no contexto do presente trabalho, como uma práxis formada por ensaístas, geógrafos, militares, economistas, entre outros profissionais, vigente pelo menos desde a virada para o século XX, em que se verifica um pragmatismo de explícita intenção ordenadora do território, pretendendo-se sempre útil e técnica. Em algumas ocasiões, esse projeto foi avesso a preocupações teóricas, enquanto que, em outras, buscava assumir, por meio da teoria, uma certa importância no rol das ciências. Deve-se igualmente lembrar da persistência de certas temáticas – muitas delas, aliás, quase recorrentes à história do Brasil independente – que ajudam a construir esse projeto, da mesma maneira em que foram por ele avivadas. É o caso, por exemplo, da persistência do antigo discurso, muito salientado desde Oliveira Vianna (no período que vai da década de 1920 até os anos 40), chegando aos autores ligados à Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) e ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Criado nos anos 50 e extinto com o golpe militar de 1964, foi um movimento que existiu entre o *país real* e o *país legal*, em cujo seio depreende-se uma retórica permeando escritos de geopolíticos, geógrafos e ensaístas, bem como páginas de documentos e textos do planejamento estatal etc.

Trata-se evidentemente, ainda que *grosso modo*, esse *antigo discurso*, da denominada “Marcha para o Oeste”. Levando-se em consideração o período em que o planejamento ganha corpo no País, à medida que o Estado foi-se apropriando tecnicamente dos *vazios* territoriais, a realidade simbólica do sertão deslocou-se para um *locus* preferido: a Amazônia. Como adverte Moraes (2002-2003), longe de ser uma materialidade da superfície terrestre, o sertão – que “está em toda a parte”, como afirma João Guimarães Rosa (1968, p. 9) no *Grande sertão: veredas* – revela, isso sim, seu atributo como discurso valorativo, cujo “objeto [...] varia especialmente” ao sabor de interesses diversos em que, em um sentido mais estrito, é concebido

como um espaço para a expansão, como o objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço [...] a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento [sendo] por isso [...] tal denominação [...] utilizada na caracterização de áreas de soberania incerta, imprecisa ou meramente formal. (Moraes, 2002-2003, p. 14)

O *sertão amazônico* é metodologicamente categorizado como uma região de estágio de desenvolvimento pré-industrial, de larga extensão territorial “não homogênea”, isolado geograficamente e ligado de maneira débil ao “sistema econômico nacional” (Costa, 1968, p. 245-246), ainda que, já desde a década de 1960, tocado pelas frentes pioneiras (Bertha Becker apud Machado, 2002), tenha aparecido como uma incógnita cujo problema a enfrentar seria o de contornar a visão da “imensa Amazônia” como “escala de paraísos terrestres, no sentido de paisagem natural” (Guerra, 1968, p. 9).

Não surpreende pois que, como ideologia geográfica, à Amazônia brasileira fosse atribuída (em plena segunda metade da década de 1970) uma condição quase mítica, relacionada a um imaginário segundo o qual a América Latina seria a porção do espaço mais apta para o florescimento de uma nova humanidade, o que remete ao debate político brasileiro do início do século XX.¹ Em documento publicado pelo Ministério do Interior, contendo uma monografia apresentada sobre qualidade ambiental, Ribeiro (1977, p. 28) imputou a esse *sertão* um aspecto verdadeiramente paradisíaco, ao escrever que para “a Amazônia se dirigirão os excedentes populacionais dos países demograficamente saturados, em busca do *espaço vital* que lhes assegure a sobrevivência”, hipótese que justificaria as políticas territoriais voltadas para a valorização e integração dessa região, “objetivo prioritário das autoridades governamentais do país”.

De espaço antes debatido em relação aos ajustes de seus limites com os países vizinhos em um processo de construção das fronteiras (Magnoli, 1997), da segunda metade do século XX em diante, a Amazônia torna-se área de apreensão geopolítica no sentido de nela o Estado se fazer presente. Em nome, pois, da segurança nacional, seus vazios deveriam ser ocupados e dinamizados economicamente. Na retórica sobre o “Brasil Potência”, a Amazônia, como *fronteira de recursos* (Becker, 1982), passava a ser vista como o grande cenário de vantagens comparativas do Brasil em relação ao mundo, sendo valorizada também a região, afinal, pela suposta disponibilidade de terras.

Mas o que se pode depreender dessa apropriação técnica e ideológica da Amazônia como *locus* preferido? Como se deu a materialidade das políticas territoriais na região? Igualmente, de que maneira a “questão amazônica” expressou-se nas intenções tecnoburocráticas?

Em razão da exiguidade de espaço, o presente artigo desenvolverá o debate sobre a apropriação da Amazonia, sua base e “aplicabilidade”

na teoria dos polos de desenvolvimento, bem como sua “aplicabilidade” à região amazônica.

O debate em torno da apropriação técnica da Amazônia

Como um dos expoentes da Escola Brasileira de Geopolítica entre as décadas de 1950 e 1960, para articular e dar coesão ao território brasileiro, o general Golbery do Couto e Silva (1967, p. 48) já afirmara a necessidade de voltar-se para os núcleos marginais do país – o Sul e, mais ainda, o Nordeste – e impulsionar o avanço populacional em direção Noroeste. Nesse mesmo período, o interesse dos órgãos de planejamento voltou-se para a Amazônia – a última fronteira – em cuja ocupação (com suas evidentes contradições) se concentraria o interesse pelas décadas seguintes.

Apesar do nítido objetivo de dar subsídios ao planejamento da região, a visão expressa por John Friedmann em seu livro *Introdução ao planejamento regional (com ênfase espacial à Amazônia)* era perpassada por um viés bastante irrealista. Sua proposta não era mais que um vago receituário, alicerçado no que o autor denominava *condições sociais do progresso econômico*. Entre essas condições, mencione-se a motivação de contar com um número suficiente de empreendedores “dispostos a arriscar” seus capitais, preocupados com a educação para a dominação da natureza mediante um “esforço consciente” e com garantia de acesso à saúde, mobilidade social, mobilidade geográfica, propriedade e administração, ou seja, bom funcionamento da burocracia, o que significava maior *responsabilidade social* (Friedmann, 1960, p. 45-49). De acordo com o autor, a penetração do Estado na Amazônia, como “espaço vazio”, deveria começar por áreas dessa região em “estado de desenvolvimento mais adiantado”, concluindo que

tais centros deveriam ser fortalecidos antes que tentemos alcançar o interior. Áreas isoladas de desenvolvimento, difíceis de atingir, com pouco ou nenhum capital básico investido, têm muito pouca oportunidade de sobreviver e de prosperar. Têm de ser ligadas, estruturalmente, às cidades maiores da região e às áreas que circundam tais cidades. As áreas rurais e urbanas colonizadas já provaram sua superioridade relativa, quanto ao desenvolvimento; o bom planejador saberá usar essas cidades como “pontos básicos” [...] para a conquista do progresso regional. (Friedmann, 1960, p. 85)

Esse seria o caminho para transformar a Amazônia no que Friedmann considerava uma “região de interação”, formada a partir de atividades sociais e econômicas orientadas rumo a um centro: a cidade. Se, em geral, os núcleos urbanos amazônicos que mais cresceram foram aqueles com ligações mais diretas com o Centro-Sul, apresentando uma “função redistributiva”, a primeira etapa de assimilação econômica sistemática da região ocorreria de acordo com a orientação de fluxos viários. Nesse sentido, o eixo Belém-Brasília seria ocupado por fazendas de gado e ocupação por meio de “colônias” agropecuárias, fazendo com que a Amazônia Oriental fosse a primeira área amazônica a ser “integrada” (uma vez conectada ao Centro-Sul e a Belém), tornando-se uma “bacia de mão de obra nordestina” (Becker, 1982).

Em relação à produção geográfica, essa *primeira fase* de ocupação amazônica era direcionada pela antiga Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que solicitara ao IBGE, em meados da década de 1960, um “levantamento geoeconômico e social [de parte] da região” (Valverde e Dias, 1967, p. 1), com o fito de fornecer bases para melhoramentos no eixo pioneiro existente então na frente amazônica: a rodovia Belém-Brasília.

A integração nacional, somente conquistada quando se atingisse a coesão do país, assegurada pela coincidência das fronteiras políticas com as econômicas (Valverde e Dias, 1967, p. 341), deveria ser arquitetada, no entendimento dos técnicos do IBGE responsáveis pelo estudo em questão, catalisando-se dois flancos. A partir de Belém, dever-se-ia organizar o uso da terra “à luz da teoria de von Thünen”, ou seja, mediante a identificação e, posteriormente, a reorganização de *anéis* (Valverde e Dias, 1967, p. 70-79).²

Por outro lado, deveria ser aberto, inicialmente, um espaço para as atividades econômicas de São Paulo, o que seria possível dinamizando a circulação de bens da metrópole nacional nas franjas pioneiras à margem da rodovia (que compreenderiam diversas iniciativas particulares). E se isso gerasse um estímulo capaz de reduzir os preços dos “produtos do sul” graças à maior oferta com que penetrariam no mercado do Norte, essa verdadeira captação dos fluxos de São Paulo seria posteriormente minimizada com o esperado desenvolvimento econômico da Amazônia (Valverde e Dias, 1967), que se tornaria tanto mais acelerado quanto mais intensamente a região se ligasse ao “mercado mundial” (Dias e Gallais, 1971).

Mas, à medida que o eixo Belém-Brasília foi sendo apropriado, iniciou-se uma *segunda fase* de “integração” da Amazônia ao espaço eco-

nômico nacional, marcada também pela ocupação mediante processo de “colonização”. Agora, no entanto, essa fase aconteceu durante a vigência do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), dirigido à Transamazônica, e, sobretudo, aos municípios paraenses de Altamira e Marabá.

Os Planos de Desenvolvimento da Amazônia

A “ação geopolítica” na região destinou-se a *inundar de civilização a Hileia amazônica* – conforme diria Golbery –, identificando as “políticas de desenvolvimento espacial [...] orientadas para a integração funcional e espacial [por meio de] critérios de eficiência econômica” (Becker, 1982, p. 211). Esse foi um dos capítulos de maior destaque e mais exaustivamente trabalhado pelos planejadores tanto no I PND (criado para o período 1971-1974) quanto no II PND (elaborado para o período 1974-1979). Conjuntamente às propostas dos planos nacionais de desenvolvimento, há a destacar a ação da Sudam, que elaborou o I e o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), previstos respectivamente para os períodos que vão de 1972 a 1974 e de 1975 a 1979.

Desde 1964 vinha sendo elaborado um conjunto de leis e medidas administrativas, conhecido como Operação Amazônia, que abrangia desde a transformação do Banco de Crédito da Amazônia S. A. em Banco da Amazônia S. A. (Basa), dotado de funções características de um banco de desenvolvimento, até a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), órgão de desenvolvimento regional, cujas atribuições deveriam compreender as anteriormente delegadas à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA),³ passando pela instituição de uma política de incentivos fiscais para empresas industriais e agrícolas que viessem a se instalar na Amazônia (Ipea, 1978, p. 102).

Vista ainda a questão da perspectiva de colonização dos eixos viários, a Sudam enumerou alguns de seus principais focos de interesse no caso, a respeito dos corredores que seriam as futuras rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. A exploração de recursos minerais era o item básico dessa pauta, tendo por base principalmente análises da SPVEA e da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid).

Relatório da Usaid apud Pandolfo (1970, p. 4-6)⁴ considerava de vasto potencial econômico a bacia do Araguaia-Tocantins, em razão da “mag-

nitide dos [seus] recursos naturais, hidráulicos, minerais e florestais”, sendo que, dos primeiros, enfatizava a presença de reservas de diamante e ferro em Carajás. Destacavam-se também outros minérios que deviam ser bastante explorados na Amazônia a partir da década de 1970, como a cassiterita e o estanho. O mesmo relatório, tomado por base pela Sudam, apontava o alto potencial energético da região, destacando os projetos já em andamento nessa época.

Os estudos sobre a Amazônia, como o relatório da Usaid e os trabalhos do IBGE, convergiram, regional e setorialmente, para as estratégias do I PND. Este plano buscava, em relação à região, “integrar para desenvolver”. A integração era entendida, do ponto de vista programático, como aproximação “física, econômica e cultural” da Região Norte ao Nordeste e à “comunidade brasileira”, enquanto que o desenvolvimento era visto como a integração da mesma região ao Centro-Sul, ação segundo a qual se daria a ocupação econômica e o desenvolvimento, com o objetivo de “tirar proveito da expansão da fronteira econômica, para absorver excedentes populacionais de outras áreas e elevar o nível de renda e bem-estar da região” (Brasil, 1971a, p. 29). Ainda segundo o I PND, a ocupação da Amazônia deveria realizar-se principalmente mediante a expansão de contingentes populacionais para a região – que viriam, sobretudo, do Nordeste – e a construção de infraestrutura econômica, como rodovias, reaparelhamento de portos, programas de energia etc.

Foram complementares ao I PND, no tocante à questão amazônica, o Programa de Integração Nacional (PIN) e o I PDA.

Quanto ao I PDA, na realidade o documento elaborou mais os subsídios ao desenvolvimento amazônico – conforme assim o entendiam os técnicos à época – do que propôs a efetiva realização de programas (Brasil, 1971b, p. 2). Deve-se notar que o modelo brasileiro de planejamento proposto pelo I PDA consistia em que a Sudam se relacionasse com a iniciativa privada e com organismos governamentais de âmbitos federal, estadual e municipal da área de abrangência da Superintendência (Acre, Amazonas, Pará e os antigos territórios de Roraima, Amapá e Rondônia), sendo, pois, bastante genérico e frágil.

Uma exposição teórico-metodológica das intenções dos PDAs teria de aguardar o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (Brasil, 1976a), em que há uma preocupação muito mais nítida em explicitá-las, sendo um documento bem mais completo quanto a seus objetivos, inclusive porque consistia de um estudo de detalhamento do II PND.

Como apêndice ao “modelo brasileiro” de integração nacional, mediante a “ampliação da fronteira econômica e expansão das exportações”, conforme preconizado pelo II PND, as metas centrais dos textos oficiais a respeito do planejamento na Amazônia poderiam ser resumidas naquilo que se chamou “modelo amazônico” e que se constitui na “ocupação econômico-social, integração nacional, diversificação da atividade produtiva [e] fortalecimento dos centros de polarização” (Brasil, 1975, p. 79).

Assim, de acordo com o II PND, ao Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) somavam-se outras três iniciativas de ocupação da região: o Complexo Mínero-Metalúrgico da Amazônia Oriental, a Política de Desenvolvimento de Recursos Florestais Uso Racional dos Solos da Amazônia e o Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, a que se acrescentou também um Distrito Agropecuário (Brasil, 1974, p. 66-68).

O II Plano Nacional de Desenvolvimento afirmava a “necessidade” de tirar proveito da infraestrutura regional implantada pelo I PND e seus complementos, para que se efetivasse a estratégia de “integração”, com base na

utilização dos eixos naturais de penetração para a Amazônia e Centro-Oeste e, principalmente, os importantes fluxos já caracterizados [como] o originário do Paraná e de São Paulo, passando por Mato Grosso e encaminhando-se para Rondônia; o que, proveniente da mesma origem, se dirige para o norte de Goiás e sul do Pará; e o que, vindo do Nordeste, passa pelo Piauí e Maranhão, em busca do Planalto Central ou do sul do Pará [além da ocupação] por áreas selecionadas (e, pois, espacialmente descontínuas), escolhendo as terras mais férteis e concentrando a ação; e, também, setorialmente seletiva, para desenvolver vantagens comparativas evidentes. (Brasil, 1974, p. 65)

Desdobrando as estratégias contidas no II PND, a partir de 1973 o II PDA fundamentou-se em estudos realizados no âmbito da Sudam com o nome de Estudos Básicos de Planejamento Regional, Setorial e Espacial da Amazônia, cuja conclusão assinalaria a existência de cinco *modelos* apropriados à Amazônia, a saber: 1) modelo primário exportador tradicional; 2) modelo de industrialização; 3) modelo primário exportador sofisticado; 4) *modelo primário exportador sofisticado corrigido*; 5) modelo de colonização. A partir desses modelos, seriam traçados *objetivos e modelos estratégicos* (Brasil, 1976a, p. 3-4).

De acordo com o modelo estratégico do Plano, a Amazônia, como “fronteira tropical”, incluía-se ao lado das outras duas regiões econômicas do país. Incluía-se ao lado da região desenvolvida, “de elevado grau de dinamismo interno”, correspondente grosso modo às regiões Sul e Sudeste, que apresentavam moderna infraestrutura de energia, comunicação e transportes. Por outro lado, a Amazônia era incluída também ao lado da região em desenvolvimento, limitada esquematicamente à faixa litorânea que se estende do Maranhão ao Espírito Santo, marcada por um setor industrial dependente dos incentivos fiscais e voltada para o esquema de substituição de importações, com baixa taxa de absorção de mão de obra em razão da dependência de tecnologia importada (Brasil, 1976a, p. 19-20).

Deve-se notar que, por ser a Amazônia “ainda” uma região “em estágio de desenvolvimento econômico”, não seria adequado à metodologia do II PDA o uso excessivo de métodos quantitativos – passíveis de falhas de obtenção de informações até mesmo em países *desenvolvidos*, mais habituados à atividade de planificação regional – e optar por uma metodologia pautada pelos objetivos desejáveis e possíveis para a área, aos quais não escapassem “as tendências da economia regional no contexto brasileiro e mundial” (Brasil, 1976a, p. 321-323). Ora, a política econômica proposta pelo II PDA seguiria de perto alguns modelos, como os de Friedmann, que são caracterizados como

[o] modelo [...] de expansão com base no extrativismo [...] ou modelo primário-exportador tradicional [...] modelo de industrialização [...] sob o impulso dos incentivos fiscais federais [...] modelo primário-exportador sofisticado corrigido [...] no qual a União compensaria a região produtora dos baixos efeitos [...] das atividades exportadoras e se traçariam [...] políticas tendentes a ampliar os efeitos locais dos empreendimentos [...] modelo de zoneamento [e o] modelo de colonização. (Brasil, 1976a, p. 324)

A despeito de ocupar uma posição desfavorável na tipologia apresentada, o próprio PDA procurava dar conta da organização racional do espaço amazônico. Havia, assim, uma regionalização da Amazônia, envolvendo três aspectos: 1) áreas de desenvolvimento setorial; 2) centros urbanos de apoio ao modelo de desenvolvimento amazônico; e 3) programa especial de polos de desenvolvimento.

Um programa especial de polos de desenvolvimento: os polos agrominerais na Amazônia

Resultado de trabalho conjunto da Sudam, Sudeco, Ministérios da Agricultura, do Interior, dos Transportes, das Minas e Energia, da Aeronáutica, da Educação e Cultura, da Saúde, do Trabalho e do Planejamento, bem como de governos dos estados e territórios federais, o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) foi instituído pelo Decreto 74.607, de 25 de setembro de 1974. Concebido assumidamente como documento identificado com a preocupação do governo em “desenvolver a segurança nacional e [a] integração econômica” da Amazônia (Brasil, 1976b, p. 5-6), problematizando-a como região geopolítica, o Programa (cuja execução estaria a cargo da Secretaria de Planejamento, do Banco da Amazônia S.A. (Basa) da Sudam e do Ministério do Interior) tinha como finalidade “promover o aproveitamento integral das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais em quinze áreas selecionadas e especialmente distribuídas” na região. De acordo com a proposta, os polos criados se espalhariam entre os estados e territórios federais da Região Norte e também na porção setentrional dos estados de Mato Grosso e Goiás. Com recursos orçados à época em quatro bilhões de cruzeiros para o período de 1975 a 1979 (a que se acresceriam, a partir de 1977, mais dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), provenientes do PIN, Proterra, Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (FDPI), o programa ambicionava assentar cinco milhões de cabeças de gado na região – principalmente “nas áreas de cerrado, cerradão e mata fina” – e selecionar lavouras permanentes adaptadas à região amazônica.

O Programa Especial de Polos de Desenvolvimento⁵ compreendia, na verdade, um dos raios de ação para a “ocupação produtiva” da Região Norte (Brasil, 1974, p. 18), sendo detalhado no II Plano de Desenvolvimento da Amazônia tal qual transcrito abaixo:

A estratégia espacial do governo da União será complementada com um projeto especial, em fase de programação pela Sudam, incluído no II Plano Nacional de Desenvolvimento, referente à criação de polos de crescimento na região. São áreas em que ocorreram duas ou mais atividades setoriais [...] Trata-se do programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – Polamazônia – dirigido fundamentalmente à ocupação de espaços vazios e à utilização dos

eixos viários articulando-se aos projetos de desenvolvimento social nas áreas preferenciais [...] Centrado principalmente na ocupação econômica de áreas selecionadas, dotadas de potencialidades minerais, florestais, agropecuárias e agroindustriais, o Programa ensejará a necessária concentração de recursos em sub-regiões e em setores que poderão, mais rapidamente, responder aos investimentos programados [...] O Programa prevê a ação coordenada do governo federal, dos governos dos estados e territórios e da iniciativa privada em 15 áreas [...] que serão objeto de planos de desenvolvimento integrado. (Brasil, 1976a, p. 46)

Essa questão, central para o Ministério do Interior em relação à Amazônia, tanto por meio da Sudam quanto por meio de sua Secretaria Geral, procurava por em execução, portanto, os quinze polos agromineiros, como indicados a seguir:

I – Xingu-Araguaia – Localizado no nordeste do Mato Grosso, seria destinado à pecuária de corte por causa das “amplas perspectivas” (Brasil, 1976b, p. 6) supostamente existentes para essa atividade na área em questão, na tríplice divisa entre o antigo estado de Goiás e os estados de Mato Grosso e Pará.

II – Carajás – Nesse polo, além da exploração de minério de ferro – para a qual se criou a “Amazônia Mineração”, produto da associação entre a Companhia Vale do Rio Doce e a US Steel, contando com uma estrada de ferro ligando a área ao porto de Itaqui (MA) –, havia a intenção de desenvolver um projeto agropecuário, inserido na “conformação [de um] complexo econômico [voltado à] melhoria da cidade de Marabá” (Brasil, 1976b, p. 6).

III – Araguaia-Tocantins – Localizado em áreas sob a influência da Transamazônica e da Belém-Brasília, deveria servir de base para a implantação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale do Tocantins.

IV – Trombetas – Abrangendo os municípios de Monte Alegre, Alenquer e Oriximiná, o polo estaria fundamentalmente ligado à prospecção de bauxita e às unidades de moagem de calcário, vindo em segundo plano a exploração da jucicultura e da rizicultura.

V – Altamira – Situado na região central do Pará, esse polo agromineral estava destinado à colonização da área de seu município, tarefa que seria promovida pelo Incra, além de ser um núcleo para o desenvolvimento da “pecuária em áreas selecionadas”.

VI – Pré-Amazônia Maranhense – Estava em jogo nesse polo o “fortalecimento” da região de Imperatriz (MA) e a colonização ao longo da

rodovia BR-316, ligando Belém (PA) a Santa Maria (RS), bem como a exploração agrícola, madeireira e pecuária (atividade incluída entre os *polos agropecuários e agroindustriais*).

VII – Rondônia – O polo rondoniense objetivava contribuir com a modernização do porto de Porto Velho, para servir de canal de escoamento de minérios que seriam explorados na área-programa (como a casiterita e a ilmenita)⁶ e de culturas que se cogitava implantar no antigo território federal, como cacau, café e cana-de-açúcar. Incluía-se também o aproveitamento hidrelétrico da Cachoeira de Samuel, uma vez constatada a necessidade de aumentar a produção de energia elétrica na região.

VIII – Acre – Incluída na categoria dos *polos madeireiros e agropecuários*, essa área-programa, que ocupava praticamente toda a parte central acreana, devia especializar-se propriamente em heveicultura, mediante a ajuda do Programa de Estímulo à Produção de Borracha (Probor).

IX – Juruá-Solimões – Também incluído na categoria dos *polos madeireiros e agropecuários*, localizava-se entre os rios Juruá, Solimões e Coari; esse polo, “uma área identificada pelo Projeto Radam [...] como um dos maciços florestais mais expressivos da Amazônia” (Brasil, 1976b, p. 7-8), estendia-se no coração do estado do Amazonas através de uma área de cerca de oito milhões e oitocentos mil hectares, devendo ser prioritariamente voltado para a exploração de reservas madeireiras.

X – Roraima – Voltado para a pecuária (bovina e suína) e para a industrialização e a comercialização de carnes com a Guiana, essa área-programa era classificada entre os polos agropecuários e agroindustriais. Entre suas metas, devia apoiar a construção da rodovia BR-174 ligando a cidade de Boa Vista, capital de Roraima, à divisa com a Guiana (Brasil, 1976b, p. 8).

XI – Tapajós-Xingu – Polo cuja função principal era dar apoio à construção da hidrelétrica de Curuá-Una e à implementação de lavouras, pecuária e agroindústrias, por meio de programas de colonização promovidos pelo Incra.

XII – Amapá – Seriam priorizadas nessa área as atividades relacionadas com a extração de manganês e ferro, estando prevista a construção de unidades de produção de ferro-ligas. Mencionava-se também o fomento às atividades de pesca e o incentivo à cultura de cana-de-açúcar. Em termos de infraestrutura, a área em questão compreendia os projetos de implantação do porto de Macapá e a ampliação da usina hidrelétrica de Coaracy Nunes.

XIII – Juruena – Polo que tinha as finalidades de extração vegetal e colonização agropecuária.

XIV – Aripuanã – Situado no município mato-grossense de mesmo nome, ao norte do estado, compreenderia um polo “com provável existência de elevado potencial de recursos minerais” (Brasil, 1976b, p. 9). Por isso mesmo, estava classificado entre os *polos agropecuários e agroindustriais*, sendo também dirigido à pecuária e às agroindústrias, “destacando-se o programa de pesquisa sobre o trópico úmido, associado ao Núcleo Pioneiro de Humboldt” (Brasil, 1976a, p. 46).

XV – Marajó – Último dos quinze polos, sua finalidade não estava claramente definida no documento, sendo citado apenas como área de interesse para a “análise da estrutura fundiária” (Brasil, 1976b, p. 9).

Sucintamente, pode-se afirmar que os “efeitos fluentes” dessas áreas-programas foram bastante modestos. Em geral, os polos foram concebidos apenas como pontos geopolíticos estratégicos e/ou locais de entroncamentos rodoviários – as próprias rodovias tendo, como se sabe, igual finalidade geoestratégica. Acreditava-se também que essas áreas, principalmente as que abrigavam hidrelétricas, depois da construção da infraestrutura necessária, atrairiam para si fluxos de investimentos. Todavia, seus “efeitos de atração” ocorreram à custa da atração desordenada de contingentes migratórios, formando-se, a partir daí, novas cidades ao longo dos eixos rodoviários. Nessas áreas, o uso do território previsto estava muito menos envolvido com a viabilização de pequenas propriedades que com as grandes empresas fundiárias, gerando depressa, ou o abandono de projetos, ou o refluxo populacional, base de uma urbanização em plena “floresta”, associada ao surgimento de núcleos rurais e atuando na prestação de serviços para as populações rurais e na “circulação de mão de obra regional”.

A fronteira de recursos

Considerando a maneira explícita como é posta a questão da organização territorial mediante a seleção de polos, é importante notar uma tendência em direção a uma *terceira fase* na ocupação da Amazônia. Essa tendência, conforme a própria Zona Franca de Manaus já revelava, é confirmada com a publicação do II PND e pode ser compreendida a partir da afirmativa de que, com o enfraquecimento dos programas de colonização,

passava-se a enfatizar um objetivo de “maior eficiência da produção nacional”, por meio da eleição de áreas e projetos selecionados como prioritários. Haverá, como consequência, o favorecimento da concentração de recursos “para racionalização e modernização das atividades através de programas especiais” (Becker, 1982), minimizando as possibilidades de produção para pequenos proprietários e/ou colonos.

A conferência pronunciada por Clara Pandolfo na Câmara dos Deputados em 6 de maio de 1975 é categoricamente reveladora na busca do fortalecimento das políticas de grande aporte de capitais para a Região Norte. Então diretora do Departamento de Recursos Naturais da Sudam, Pandolfo admitiria a necessidade de “mudança do perfil econômico da região”, pois, segundo ela, por causa das condições de manejo da Amazônia, suas terras não seriam acessíveis ao “produtor rural ribeirinho, mas [sim às] empresas agrícolas regularmente organizadas”. Isto porque, como diz vagamente, passada a “euforia inicial dos primeiros tempos”, era preciso pensar em um “modelo novo de ocupação”, alicerçado na capacidade estatal e, principalmente, em uma forte penetração das multinacionais nos investimentos econômicos como mineração e pecuária (Pandolfo, 1975). Conforme este autor afirmava ainda em sua conferência,

as multinacionais hoje são uma diretriz do Governo Federal. É uma maneira de o Governo Federal participar das atividades na região [...] Parece-me que essas empresas estrangeiras [...] trazem uma grande contribuição porque nos dão um *know-how* e um capital para empregar nessa atividade [mineração e pecuária] que é uma atividade de risco: e no momento em que [se] tratar realmente de organizar a atividade de produção, ou seja, com a formação das empresas que vão explorar o minério, o Governo brasileiro poderá participar dessas sociedades, como é o caso da Amazônia Mineração, em que temos 51% do capital e o caso da bauxita do Trombetas, cujo projeto inicialmente havia sido formulado em termos de participação migratória do grupo Alcan e depois foi reformulado, com participação majoritária de capital brasileiro. (p. 45)

Abrindo totalmente o campo de ação para o capital internacional, o Estado contaria com projetos privados, como o Projeto Jari, que, já na vigência do III PND, não contrariariam o modelo brasileiro, posto que, entre os oito pontos do Plano Nacional previsto para o período 1980-1985, surgia como retórica de seu item VI

[...] o reconhecimento [...] da opção brasileira pela economia de mercado, onde o planejamento e toda a atuação governamental devem

voltar-se para a orientação, apoio e estímulo aos setores privados, limitando-se o Governo, como produtor e investidor, aos campos e atividades exigidos pelo interesse e segurança nacionais e aos projetos não desejados ou inviáveis pela livre iniciativa [...]. (Brasil, 1981, p. 6)

Em que pese a persistência na retórica acerca da conquista, valorização e integração da Amazônia como “objetivo prioritário das autoridades governamentais do país” (Ribeiro, 1977, p. 28) ao longo da vigência do I e do II PDA, é fato que os portentosos projetos aqui considerados – muitos deles jamais implantados ou postos em prática posteriormente à época dos PDAs –demonstraram a persistência geopolítica da tônica de *inundar a hileia de civilização*. Ao mesmo tempo, no entanto, havia a complexidade de aspectos sociais, financeiros e econômicos com os quais se teria de deparar. Esse fato se tornaria patente à medida que ficava evidente a necessidade de investimento de grandes capitais em uma infraestrutura voltada principalmente para a produção de produtos primários. Apesar de um aumento da área de cultivo de 19 para 49 milhões de hectares entre 1950 e 1980, a economia nunca foi capaz de responder por mais de cerca de 13% do PIB do país (Maddison, 1993, p. 70).

Esta realidade viria resultar na recorrência a empréstimos externos e, em relação ao alardeado povoamento da região, na opção cada vez mais nítida para os grandes empreendimentos, fazendo com que projetos (como os de colonização das faixas em torno das rodovias) malograssem.

Mais que isso, a desarticulação das tentativas de povoamento e a *pretensão civilizadora* na região resultaram, em suma, na reestruturação espacial do norte do país onde os grandes projetos, tecnicamente amparados, lograriam êxito na sua conexão com os centros econômicos nacionais. Porém, é desnecessário dizer que isso foi conseguido a um custo ambiental trágico, à transformação da área em estopim de violentos conflitos fundiários e, ainda, a uma invasão da “civilização” nos modos de vida de grupos indígenas, atropelados pela ânsia de lucro que a Amazônia passou a oferecer para o capital. Isso sem falar na interferência em outra das áreas “favoritas” dos grandes empreendimentos a reboque do Estado: o cerrado.

Na síntese de Bertha Becker e Cláudio Egler (1994, p. 149-150),

[a] integração da Amazônia foi considerada como prioridade máxima por razões de acumulação e de legitimação. A ocupação foi vista como capaz de promover o ‘equilíbrio geopolítico’ interno e

externo, oferecendo uma solução completa para os problemas de tensão social na periferia e para o crescimento no Centro, como também para incrementar a predominância do Brasil na América do Sul.⁷ Na verdade, com a ocupação territorial, desta vez numa escala gigantesca e num ritmo [...] acelerado, esperava-se sustentar a via da modernização autoritária. Ajudaria a evitar uma reforma agrária – necessária face à modernização da agricultura e a resultante liberação de mão de obra – deslocando os pequenos produtores para o interior e encorajando a migração de áreas com tensões sociais, particularmente do Nordeste e das metrópoles; asseguraria, também, a reprodução dos latifúndios.

Porém, o mesmo expediente utilizado como alívio das tensões sociais gerou uma das maiores contradições no processo de ocupação da Amazônia. À medida que as políticas territoriais do Estado tornaram-se mais “seletivas”, a força de trabalho outrora atraída para a região, sobretudo no auge do processo de colonização de eixos rodoviários, rapidamente esvaziado, viu-se desmobilizada. Com a expansão territorial dos latifúndios, “agora como empresa-latifúndio, representando a face agrícola do monopólio”, o espaço “perde seu papel atenuador de contradições, tornando-se objeto de disputa”, passando a dominar o “caráter de oposição da pequena produção em relação ao latifúndio-empresa, e não mais o de complementaridade” (Becker, 1982, p. 217).

Todo esse processo adquiriu maior perversidade, principalmente sob a vigência do III Plano Nacional de Desenvolvimento, à medida que se verificava um agravamento da situação econômica do país, cujo governo tenderia a olhar a *Hileia* como – poder-se-ia dizer – o último quinhão não aproveitado de riqueza...

Podem ser acrescentados também ao processo a difusão desigual da modernização no campo concentrada fundamentalmente no Centro-Sul e no Centro-Oeste, como seu apêndice econômico, a aglutinação do número de estabelecimentos (à exceção da Região Sul) em áreas nas quais, aliás, os programas governamentais jamais lograram corrigir as distorções sociais (caso do Nordeste), e a incorporação de cerca de 750 mil km² (entre 1970 e 1980) às áreas cultiváveis no Brasil, principalmente na Amazônia meridional e no cerrado .

Também, a difusão desigual da modernização no campo, concentrada, fundamentalmente, no Centro-Sul e no Centro-Oeste, como seu apêndice econômico; a aglutinação do número de estabelecimentos (à exceção da Região Sul) em áreas nas quais, aliás, os programas governamentais ja-

mais lograram corrigir as questões sociais (caso do Nordeste) e a incorporação de cerca de 750.000 km² (entre 1970 e 1980) às áreas cultiváveis no Brasil, principalmente na Amazônia meridional e no cerrado – são apenas algumas das questões que podem ser mencionadas (Théry e Mello, 2005).

* * *

Apesar de ter sido amplamente aceita como ferramenta de planejamento na década de 1970, tendo sido amplamente difundida no meio dos grupos pertencentes à “estrutura de decisões”, dos “estrategistas militares” e dos técnicos especializados, entre outras razões, por não requerer “reformas estruturais mais radicais”, preservando assim o *status quo* (Coraggio, 1973, p. 2; Rattner, 1979, p. 89), a teoria dos polos de crescimento já sofria críticas nesse período. As críticas vinham, sobretudo, do fato de que a maioria das experiências, que se valeram das concepções de Perroux, mostrou-se falha, tendo ocorrido menos difusão que concentração industrial e tendo fracassado, ou logrado poucos resultados, principalmente por causa dos altos custos que tais aplicações envolviam. Aliás, como sugerido mais acima, a teoria foi muito mais alardeada do que usada em seu real sentido. Não seria incomum (e isso pode ser afirmado para grande parte da América Latina) a denominação de polos a simples núcleos urbanos, sem que estes tivessem condições de propagação ou de exercer influência exterior. Em suma, houve uma nítida desconsideração com sua explicação histórica, como se fosse algo transferível a qualquer realidade. Não se estaria procurando aplicar aos países subdesenvolvidos, na verdade, uma teoria pensada nos (e para os) países dominantes? Não se tomariam dessas teorias somente seus elementos mecanicistas? E, “por último, [a] estratégia dos polos de desenvolvimento não [seria] uma cortina ideológica para ocultar o verdadeiro processo de crescente integração [dos espaços latino-americanos] ao sistema dominante?” (Coraggio, 1973, p. 13).

Notas

- 1 Conforme Alberto Torres (apud Salgado, 1934, p. 73), “a zona inter-tropical [...] é o berço do animal humano: foi em climas médios [...] que se fixou o tipo mais perfeito do reino animal [...]; para aí convergem, naturalmente, as aspirações e desejos dos homens de todas as regiões. Só o esgotamento do solo, a proliferação das populações [...] e as guerras conseguiram arremessar grandes massas de populações para as zonas frias. [Portanto] é natural que o homem tente voltar para o seu berço, sempre que aí encontrar terras férteis e climas

- propícios à vida”. Essa teorização sobre o *berço tropical do homem* e a idéia do florescimento de uma *nova raça* localizada de forma ideal na América do Sul – mais precisamente no Brasil – seriam retiradas do conceito de “raça cósmica”, do sociólogo mexicano José Vasconcellos, um ensaísta bastante influenciado pelo darwinismo social (Schwartz, 1995, p. 130).
- 2 Como afirma Sérgio Adas, o uso das teses de von Thünen por Orlando Valverde vinha desde os anos de 1940, por influência de Leo Waibel, como no artigo “Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul” (apud Adas, 2006). Note-se que essa influência de von Thünen deu-se numa época em que o autor alemão não era referência usual na geografia, já que os autores sobre teorias locais ganhavam maior visibilidade estando a reboque da geografia quantitativa. Para Adas (2006, p. 107), “a adequação do referencial teórico de von Thünen [...] permitiu a Valverde remover o peso das influências naturais na explicação do povoamento e da organização produtiva do território, orientação até então bastante em voga, alçando, ao contrário, o fator econômico-histórico da distância dos mercados à causa primeira do maior ou menor desenvolvimento das áreas urbanas e agrícolas ocupadas pelos colonos”.
 - 3 Em 1953, pela Lei n. 1.806, de 6/1/1953, que criou a SPVEA, foram incorporados à Amazônia Brasileira o estado do Maranhão (oeste do meridiano 44°), o estado de Goiás (norte do paralelo 13° de latitude sul, atual estado de Tocantins) e Mato Grosso (norte do paralelo 16° latitude Sul), constituindo a Amazônia Legal. Em 1966, pela Lei n. 5.173 de 27/10/1966, a SPVEA seria extinta, dando lugar à Sudam.
 - 4 A U. S. Agency for International Development foi criada por John F. Kennedy, em setembro de 1961, objetivando criar programas de assistência econômica de caráter não militar baseados numa suposta responsabilidade a que os Estados Unidos eram chamados perante as transformações mundiais. Entendia-se que a ajuda econômica aos países subdesenvolvidos era imprescindível como meio de segurança nacional (inclusive dos EUA), desde que esses países buscassem uma ordem democrática em detrimento do “comunismo”. O conceito subjacente ao programa, em suma, era o mesmo, aliás, presente nos escritos da Escola Superior de Guerra, ao afirmar que o desenvolvimento econômico do “Terceiro Mundo” seria vital, para usar os termos de Golbery do Couto e Silva, à “segurança hemisférica” (EUA, s.d.).
 - 5 A tese dos *polos de crescimento* tornou-se, a partir dos anos 60, o mecanismo indutor mais propalado por órgãos governamentais nos mais diversos contextos, inclusive no Brasil, ainda que das concepções de François Perroux tenham restado muitas vezes meras terminologias, e não uma aplicabilidade mais fidedigna das teorias do economista francês. O fato elementar para a “teoria dos polos de desenvolvimento” é que o crescimento não surge por toda parte de uma só vez. Manifesta-se, em vez disso, com intensidade variável em pontos ou *polos de crescimento* que se expandem pelo conjunto da economia por meio de determinados canais (Boudeville, 1972, p. 112). Esses eixos de desenvolvimento possuem uma armadura que contém vias de transportes e conjuntos complexos de atividades, fazendo da Nação uma constelação de polos com seus meios de propagação, estruturada economicamente pela combinação de unidades motrizes ativas (Perroux, 1967, p. 208). Interdependências do tipo

input-output em torno de uma indústria líder e inovadora provocariam um efeito de difusão de inovações sobre áreas adjacentes (Jiménez, s.d.). Ainda segundo Perroux (apud Andrade, 1977, p. 41), o espaço econômico, uma vez interpretado como campo de forças, conteúdo de um plano ou conjunto homogêneo, daria subsequência a três tipos de região econômica, respectivamente: *região polarizada* (como conteúdo de um plano), *região-piloto* (como campo de forças) e *região homogênea* (como conjunto homogêneo). Portanto, o cerne da concepção perrouxiana partiria do princípio de que ciclos como os de Schumpeter, baseados nos chamados circuitos estacionários (irreais no sistema capitalista) e na ênfase à ação individual empreendedora, deveriam se transformar em circuitos dilatados e ampliados, da esfera empresarial para a do Estado, em que *zonas ativas* exerceriam “efeitos de dominação” sobre aquelas tidas como passivas, rompendo, pois, o referido circuito (Egler, 2001, p. 212; Perroux, 1967, p. 164-171).

- 6 A ilmenita é usada como material para produção de pigmentos.
- 7 Os autores referem-se a “periferia” e “centro” na escala do “sistema-mundo”, ou seja, simplificada e respectivamente, os países pobres e os países ricos.

Referências

- ADAS, S. *O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia/FFLCH, Universidade de São Paulo.
- ANDRADE, M. C. de. *Espaço, polarização e desenvolvimento*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.
- BECKER, Bertha K.; EGLER, C. A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- BOUDEVILLE, J-R. *Aménagement du territoire et polarisation*. Paris: Éditions M.-TH Génin, 1972.
- BRASIL. *I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) – 1972/74*. Brasília: IBGE, 1971a.
- BRASIL. Ministério do Interior. *I Plano de Desenvolvimento da Amazônia – subsídios ao Plano Regional de Desenvolvimento (1972-1974)*. Belém: Sudam, 1971b.
- BRASIL. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) – 1975/79*. Brasília: Imprensa Oficial, 1974.
- BRASIL. Ministério do Interior. *Diretrizes e estratégias para ocupação do cerrado – Polocentro*. Brasília: Sudeco, 1975.
- BRASIL. Ministério do Interior. *II Plano de Desenvolvimento da Amazônia – detalhamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79)*. Belém: Sudam, 1976a.

BRASIL. Ministério do Interior. *Polamazônia (Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia)*. Brasília: Ministério do Interior, 1976b.

BRASIL. *III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND) – 1980-1985*. Brasília: Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1981.

CORAGGIO, J. L. *Dos ensayos sobre la teoría de los polos de desarrollo*. Buenos Aires: Instituto Torcuato Di Tella, 1973.

COSTA, J. M. M. da. Planejamento regional e diversificação da economia. *Revista de Administração Municipal (Rio de Janeiro)*, ano XV, n. 83, p. 245-268, maio/jun., 1968.

DIAS, C. V.; GALLAIS, J. Contenu et limites de la régionalisation en Amazonie. In: CNRS. *La régionalisation de l'espace au Brésil*. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1971. p. 91-98.

EGLER, C. A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, I. E. de et al. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 207-238.

FRIEDMANN, John. *Introdução ao planejamento regional (com ênfase espacial à Amazônia)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1960.

GUERRA, A. T. Conceito de poder nacional e segurança nacional. *Boletim Carioca de Geografia*, ano 19, p. 5-16, Rio de Janeiro, 1968.

IPEA. *Brasil: 14 anos de revolução*. Brasília: Fundação Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada, 1978.

JIMÉNEZ, E. M. *Modelos de desarrollo regional: teorías y factores determinantes*. Bogotá: Sociedad Geográfica de Colombia. Disponível em: <http://www.sogeocol.com.co/documentos/0mode.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2004.

MACHADO, M. S. *A geografia universitária carioca e o campo científico-disciplinar da geografia brasileira*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia/FFLCH, Universidade de São Paulo.

MADDISON, A. (Org.). *La economía política de la pobreza, la equidad y el crecimiento: Brasil y México*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

MAGNOLI, D. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Ed. da Unesp; Moderna, 1997.

MORAES, A. C. R. O sertão: um 'outro' geográfico. *Terra Brasilis*, ano III-IV, n. 4-5, p. 11-24, Rio de Janeiro, 2002-2003.

PANDOLFO, C. *A Transamazônica e a Cuiabá-Santarém: visão geral das possibilidades econômicas apresentadas pelas áreas de influência dessas rodovias*. Belém: Sudam, Assessoria de Programação e Coordenação, Divisão de Documentação, 1970.

PANDOLFO, C. *Recursos naturais da Amazônia*. Brasília: Câmara dos Deputados (Comissão da Amazônia), 1975.

PERROUX, F. *A economia do século XX*. Lisboa: Herder, 1967.

RATTNER, H. A planificação do desenvolvimento de regiões atrasadas. *Boletim Paulista de Geografia*, v. 56, p. 61-94, São Paulo, 1979.

RIBEIRO, V. P. *Qualidade do ambiente e seus reflexos econômicos e sociais*. Brasília: Ministério do Interior (Coordenadoria de Comunicação Social), 1977.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1968.

SALGADO, P. *A quarta humanidade*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

SCHWARTZ, J. *Vanguardas latino-americanas*. São Paulo: Edusp/Iluminuras/Fapesp, 1995.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

THÉRY, H.; MELLO, N. A. de. *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*. São Paulo: Edusp, 2005.

USA. United States Agency for International Development. *Usaid history*. Disponível em: http://www.usaid.gov/about_usaid/usaidhist.html. Acesso em: 6 ago. 2006.

VALVERDE, O.; DIAS, C. V. *A rodovia Belém-Brasília: estudo de geografia regional*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE; Instituto Brasileiro de Geografia, 1967.

Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim - Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

Recebido para publicação em fevereiro de 2010

Aceito para publicação em maio de 2010